

doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO05>

Desafios contemporâneos da orientação profissional e de carreira (OPC): a interseccionalidade como estratégia compreensiva

Contemporary challenges for career guidance and counseling: intersectionality as a comprehensive strategy

Desafios contemporâneos para la orientación profesional y de la carrera: interseccionalidad como estrategia comprensiva

Marcelo Afonso Ribeiro

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, marcelopsi@usp.br,
<http://orcid.org/0000-0002-0396-7693>

Paula Morais Figueiredo

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, paula.figueiredo@usp.br,
<https://orcid.org/0000-0002-9831-3237>

Maria Celeste Couceiro Gama de Almeida

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, mcelestegalmeida@gmail.com,
<https://orcid.org/0000-0002-2980-5289>

Resumo

A orientação profissional e de carreira (OPC) tem focado suas pesquisas e práticas em pessoas das classes média e alta, com base nas concepções de liberdade de escolha e estratégias de adaptação ao mundo do trabalho propostas pelas teorias do *mainstream* da área, num movimento de individualização da vida. Vários/as autores/as têm questionado este modelo e apontado a necessidade central de articular questões subjetivas/individuais e estruturais/contextuais na compreensão das demandas dos/as orientandos/as e no planejamento da intervenção a ser realizada para a compreensão das possibilidades e limites da construção do futuro de trabalho,

principalmente das pessoas que sofrem desvantagens socioeconômicas e culturais. Assim, visamos analisar a estratégia compreensiva (proposta diagnóstica) das demandas iniciais expressas por uma pessoa socioeconômica e culturalmente desfavorecida de três enfoques teóricos contemporâneos da OPC (enfoque traço-fator, paradigma do *life design* e *psychology of working theory*); e propor uma estratégia compreensiva das demandas dos/as orientandos/as fundamentada na interseccionalidade de classe, gênero e raça por meio de um estudo de caso de uma mulher negra, pobre e desempregada. Concluímos que os enfoques analisados cuidariam de aspectos relevantes para o auxílio às demandas da participante, entretanto de forma parcial, e sem claramente incluir dimensões interseccionais significativas que definem quem ela é e o que ela pode conseguir no mundo do trabalho, marcando a necessidade de pluralização e contextualização das estratégias compreensivas em OPC, que devem levar em conta tanto questões psicológicas, quanto culturais e sociais para poder ampliar o espectro de pessoas auxiliadas em OPC.

Palavras-chave: Orientação vocacional; epistemologia; justiça social; diálogo intercultural; autodeterminação.

Abstract

The career guidance and counseling (CGC) field has focused their samples on middle and high socioeconomic status people grounded on conceptions like freedom of choice and adaptation strategies into working world proposed by its mainstream theories. It has been causing an individualization of life. Several authors have questioned this model and pointed out the central need to articulate psychological and contextual issues for understanding clients' claims and for planning the intervention to be carried out. This is important to be able to comprise the possibilities and limits for constructing the future at work, especially for people who suffer socioeconomic and cultural disadvantages. Through a case study of a lower socioeconomic status (SES), unemployed Black woman, who received career counseling, this paper has two aims. First, it discusses the diagnosis proposal from three contemporary theoretical approaches of CGC field (trait-factor approach, life design paradigm and psychology of working theory) by analyzing their effectiveness in understanding the first demands of a socioeconomically and culturally disadvantaged person. Second, it proposes a diagnosis proposal of the client's first demands grounded in the intersectionality of gender, class, and race. Findings demonstrated that the analyzed approaches partially understand the client's demands without clearly including significant intersectional dimensions that define who she is and what she can achieve in the working world. This highlights the need for diversification and contextualization of diagnosis strategies in CGC field, which must consider both psychological, cultural, and social issues to expand the spectrum of people assisted in CGC.

Keywords: Vocational guidance; epistemology; social justice; intercultural communication; self-determination.

Resumen

Las teorías y las prácticas de orientación y asesoramiento para la carrera fueron proyectadas para grupos socioeconómicamente privilegiados, basadas en la concepción de libertad de elección y en las estrategias de adaptación al mundo laboral propuestas por sus teorías generales. Esto ha generado una individualización de la vida. Varios/as autores/as cuestionaron este modelo y señalaron la necesidad central de articular las dimensiones psicológicas y contextuales para comprender las demandas de los/as clientes y para planificar la intervención que se llevará a cabo. Por medio de un estudio de caso de una mujer negra desempleada de bajo nivel socioeconómico, este artículo tiene dos objetivos. Primero, analiza la propuesta de diagnóstico de tres enfoques teóricos contemporáneos del campo (enfoque del rasgo-factor, paradigma del diseño de vida y teoría de la psicología del trabajar) mediante el análisis de su efectividad para comprender las primeras demandas de una persona con desventaja socioeconómicas y culturales. En segundo lugar, propone una propuesta de diagnóstico de las primeras demandas del cliente basadas en la interseccionalidad de género, clase y raza. Los resultados demostraron que los enfoques analizados comprenden parcialmente las demandas de la cliente sin incluir claramente las dimensiones interseccionales significativas que definen quién

es ella y qué puede lograr en el mundo laboral. Esto pone de relieve la necesidad de diversificar y contextualizar las estrategias de diagnóstico en el campo de orientación y asesoramiento para la carrera, que debe considerar cuestiones psicológicas, culturales y sociales para expandir el espectro de personas asistidas.

Palabras clave: Orientación vocacional; epistemología; justicia social; comunicación intercultural; autodeterminación.

Introdução

Até o final de 2019, o mundo social e do trabalho vinha acenando para um caminho pautado na individualização da vida com consequente responsabilização pessoal pela construção de si no mundo, incluindo garantia de segurança, renda e proteção social, como apontou a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization, ILO, 2019). Esta tendência se baseava no ideário neoliberal com controle restrito do Estado, flexibilização das relações de trabalho e meritocracia como critério de ascensão social e no trabalho (Blustein, 2019).

A orientação profissional e de carreira (OPC) tem focado suas pesquisas e práticas em pessoas das classes média e alta, com base nas concepções de liberdade de escolha e estratégias de adaptação ao mundo do trabalho propostas pelas teorias do *mainstream* do campo, num movimento de individualização da vida em sintonia com esta tendência de estruturação social e de trabalho. O foco seria a pessoa e a sua capacidade de construção da vida de trabalho, o que inclui sua identidade e sua carreira (Brown, 2002; Blustein, Masdonati, & Rossier, 2017).

Segundo Brown (2002), os enfoques tradicionais em OPC (traço-fator, tipológico, decisional), em geral, focavam na pessoa, até as últimas proposições do enfoque desenvolvimentista começarem a chamar a atenção para a inclusão do contexto nas teorias e práticas em OPC nos anos 1980/1990, principalmente pelos trabalhos de Super e Savickas. Como aponta Duarte (2015), esta tendência aparece nos enfoques propostos ao final do século XX (sociocognitivo, contextualista da ação e sistêmico) e fica mais clara nos enfoques consolidados do século XXI [paradigma do *life design* (construção da vida) e *psychology of working theory* – PWT (teoria da psicologia do trabalhar - TPT)]. Optamos por utilizar nomenclaturas e siglas em língua inglesa no presente texto.

A questão central é que enfoques teóricos são construções culturais e seus conceitos e proposições sofrem influência destes fatores (Santos, 2009). Entendemos

cultura como “um sistema simbólico e organizador da vida social por meio de conhecimentos, valores e práticas compartilhados” (Silva, Paiva, & Ribeiro, 2016, p. 47). Assim, cada sistema cultural produz uma visão de mundo e uma concepção de ser humano que orientam a vida cotidiana das pessoas.

As teorias reconhecidas no campo da OPC foram produzidas nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos da Europa baseadas em contextos sociais e de trabalho mais estáveis e seguros, pautados na lógica do emprego assalariado e da qualificação formal, nos quais a possibilidade de individualização da vida e da construção de si pela adaptação ao mundo são factíveis para grande parte das pessoas, das quais o suporte social e estatal é um recurso, mas não necessariamente determinante para a construção de suas carreiras (Duarte, 2015). Guichard (2012) faz uma crítica a estas teorias, pois, em geral, mantêm o lugar social da pessoa (adaptação) e delegam a ela a tarefa de construção de sua carreira (empreendedor/a da própria carreira expressa na ideia da carreira individual), podendo ser fator gerador de injustiça social.

Vários/as autores/as vinham questionando este modelo argumentando que a grande maioria da população mundial não se enquadra nesta caracterização e constrói suas trajetórias de vida de trabalho em contextos instáveis, precarizados, informalizados, com alta taxa de desemprego e poucos recursos sociais disponíveis, sendo muito dependentes das políticas públicas ou ações do terceiro setor. Estes questionamentos aparecem de forma mais intensa no âmbito internacional (Blustein et al., 2017; Guichard, 2012; Hooley & Sultana, 2016; Sultana, 2018), e de maneira incipiente e localizada na América Latina (Rascován, 2017) e no Brasil (Bock, 2010; Silva et al., 2016).

Esta crítica acabava ficando circunscrita a um conjunto de enfoques teóricos mais críticos ao *mainstream* da OPC pelos motivos já apresentados, principalmente representados pelo movimento da justiça social e OPC na Europa (Hooley & Sultana, 2016), pela *PWT* nos Estados Unidos (Blustein, Kenny, Autin, & Duffy, 2019; Duffy, Blustein, Diemer, & Autin, 2016), e pela OPC crítica na América Latina (Bock, 2010; Rascován, 2017; Silva et al., 2016).

A eclosão da pandemia do coronavírus, consolidada no início de 2020, tem colocado em xeque modelos mais focados em saídas individualizantes para a vida, deixando clara a impossibilidade de resolver os problemas da vida de forma individualizada por meio de estratégias uniformemente estabelecidas, além de realçar a importância do suporte estatal, o que questiona o modelo neoliberal de sociedade e de

trabalho. Assim, a pandemia salientou a necessidade central de pluralização e contextualização das estratégias para lidar com os desafios da vida, entre eles, a vida de trabalho, que devem ser enfrentados levando em conta tanto questões psicológicas, quanto sociais. Como apontava Sultana (2018, p. 48), “o contexto importa”, pois o foco somente na pessoa é sempre insuficiente, sendo que o contexto inclui recursos e configurações sociais, culturais, estatais e políticas.

Com base no exposto, podemos dizer que um dos desafios contemporâneos principais para o campo da OPC, acirrado pela pandemia, seria ampliar sua visão de mundo e incluir diferentes formas de ser humano e viver no mundo em suas teorias e práticas, bem como um projeto de transformação social (Sultana, 2018). Para tal, nos parece central a necessidade de incluir tanto questões subjetivas/individuais, quanto questões estruturais/contextuais na compreensão das demandas dos/as orientandos/as e no planejamento da intervenção a ser realizada para a compreensão das possibilidades e limites da construção do futuro de trabalho dos mais variados tipos de pessoas – das que têm condição de individualizar suas vidas até as que sofrem desvantagens sociais e culturais e precisam de maior suporte social e estatal, como vem salientando Blustein et al. (2017), Bock (2010), Duffy et al. (2016), Guichard (2012), Hooley e Sultana (2016), Rascován (2017), Silva et al. (2016) e Sultana (2018).

Este desafio pode ser sintetizado em duas demandas articuladas: ampliar o público atendido em OPC e compreender suas demandas de forma psicossocial, ou seja, na inter-relação entre o subjetivo e o sociocultural. O psicossocial pode ser definido como “o ‘homem produzido em relações’, em situações concretas de sua existência e de sua possibilidade de criação e recriação da mesma” (Bohoslavsky, 1983, p. 31-32), numa intersubjetividade em cena (Paiva, 2005), pois “o psicossocial não seria nem social, nem subjetivo, mas uma ‘terceira coisa’” (Ribeiro, 2017, p. 270) que transcende a separação das dimensões subjetivas e socioculturais para criar algo novo, como construção relacional. Isto nos leva a uma questão importante para o campo da OPC: Como os enfoques teóricos em OPC mais reconhecidos globalmente têm lidado com esta demanda contemporânea apresentada de análise psicossocial e ampliação do público atendido?

Mainstream da OPC diante dos desafios contemporâneos

Com base na classificação proposta por Guba (1990) para o campo das ciências sociais, haveria três propostas epistemológicas distintas na contemporaneidade: pós-positivismo, interpretativismo (construtivismo e construcionismo) e teorias críticas. A primeira concebe a realidade como objetivamente constituída e tenta desvelar as complexas relações causais que a produzem, a segunda postula que a realidade seria intersubjetivamente construída por meio das narrativas produzidas pelas pessoas, e a terceira compreende a realidade através de suas desigualdades e a produção do conhecimento deveria denunciá-las. O campo da OPC tem enfoques teóricos baseados nas três propostas epistemológicas apresentadas por Guba (1990), a saber: pós-positivismo (enfoque traço-fator tradicional), interpretativismo (paradigma do *life design*) e teorias críticas (*PWT*), sendo, este, o critério que definimos para escolher os enfoques teóricos que foram analisados no presente artigo, sem dizer que estes seriam superiores aos demais, embora sejam três enfoques teóricos muito citados nas publicações do campo da OPC (Duarte, 2015).

Enfoque traço-fator

Tem bases epistemológicas mecanicistas e/ou funcionalistas e busca compreender a construção da carreira pela combinação (*matching*) pessoa-ambiente por meio da identificação e mensuração dos traços, interesses, competências e habilidades. Segundo Sparta, Bardagi e Teixeira (2006), compreende, portanto, a realidade como objetivamente constituída e busca desvelar as complexas relações causais que a produzem e produzem o indivíduo através de duas maneiras: (a) traçando o perfil detalhado do indivíduo para encontrar e indicar quais as áreas profissionais mais adequadas a ele (*avaliação centrada no resultado*); e (b) avaliando processos, internos e externos, que levam a pessoa à escolha profissional e à tomada de decisão, entre eles, maturidade vocacional, indecisão vocacional, exploração vocacional, autoeficácia para escolha profissional e adaptabilidade de carreira (*avaliação centrada no processo*). Assim, a construção da carreira é concebida como o processo de ajustamentos e adaptações aos trabalhos realizados ao longo do tempo (Brown, 2002). A crise de carreira seria gerada pelo desconhecimento das características próprias do indivíduo e dos processos que

possibilitam a construção de sua carreira, bem como deficiências ou dificuldades de colocar em ação estes processos.

Paradigma do life design

Tem bases epistemológicas construtivistas e/ou construcionistas e busca compreender a construção da carreira pela produção de narrativas de vida, visando a construção de sentidos e significados e a construção da identidade através do contar histórias. Neste paradigma, a narrativa é vista como organizadora da experiência, ou seja, a vida de uma pessoa é uma grande narrativa e a carreira seria uma história a contar sobre a vida de trabalho. Segundo Duarte et al. (2010), compreende, portanto, a realidade como intersubjetivamente construída por meio das narrativas produzidas pelas pessoas. O paradigma do *life design* propõe um processo de construção, desconstrução e reconstrução narrativa, visando a construção de uma ponte biográfica entre a história vivida e os próximos episódios da carreira por meio da reconstrução de enredos e temas, coconstrução do cenário e previsão das estratégias de ação no mundo (Cardoso, 2012). Tem base em duas metacompetências para a construção da carreira: senso de identidade (possibilidade de responder: quem você é?) e adaptabilidade (possibilidade de navegar no mundo). Ribeiro e Duarte (2019) explicam que

a *história* é a narrativa do que aconteceu, os *enredos de vida* são os processos centrais de ação no mundo (como aconteceu sua história), os *temas de vida* são os significados centrais gerados pela sua história (qual o sentido dela para você), o *arco do tema* seria a progressão dos temas de vida indicando como uma pessoa muda ao longo do tempo, o *retrato de vida* concretiza a história de carreira daquele momento, e os *cenários de vida* são os contextos nos quais a carreira pode ser coconstruída (p. 57-58).

De acordo com Cardoso (2012), uma crise de carreira emergiria em função de um processo problemático de construção de sentidos, o que levaria a organização da vida em torno de uma narrativa saturada em um único tema de vida, definida como uma narrativa dominada por concepções distorcidas e processos monológicos de produção de sentidos.

Psychology of working theory (PWT)

Tem bases epistemológicas construcionistas e das teorias críticas e busca compreender a construção da carreira como a capacidade de gerar trabalho decente e de atender às três necessidades humanas básicas por meio do trabalhar: sobrevivência e poder, conexão social e autodeterminação (Blustein et al., 2019; Duffy et al., 2016). Busca correlacionar fatores subjetivos/individuais com fatores estruturais/contextuais na análise do processo de construção das carreiras e da vida de trabalho, por isso propõe como preditores da possibilidade de construir trajetórias de trabalho decente dois fatores estruturais/contextuais (*restrições econômicas e marginalização* gerada por determinantes de classe, gênero, raça) e dois fatores individuais (*volição do trabalho e adaptabilidade de carreira*). Os principais moderadores que potencializam ou dificultam um trabalhar decente são: *personalidade proativa, consciência crítica, suporte social e condições econômicas*.

Segundo Duffy et al. (2016), a *PWT* compreende, portanto, a realidade através de suas desigualdades e a produção do conhecimento visaria explicitar estas desigualdades na construção de si e das vidas de trabalho, partindo do pressuposto que as pessoas têm possibilidades distintas de escolher e de ter autonomia e que, geralmente, a consciência crítica desta situação é mascarada pelo ideário neoliberal da meritocracia e do esforço individualizado como estratégia de construção da vida. Blustein et al. (2019) propõem dois eixos para compreensão das crises de carreira: avaliação da realização (ou não) das necessidades básicas e das possibilidades de ação sobre o mundo, principalmente enfocando “reflexão e ação críticas, engajamento proativo, apoio social e engajamento comunitário” (p. 236). As crises de carreira, em geral, relacionam-se com a dificuldade em realizar as necessidades humanas básicas por meio do trabalhar e de agir sobre o mundo para ter algum poder sobre sua vida de trabalho, resultando na dificuldade de conseguir um trabalho decente.

Retomando a questão do desafio contemporâneo para o campo da OPC de articulação de questões subjetivas/individuais com questões estruturais/contextuais na compreensão das demandas dos/as orientandos/as e no planejamento da intervenção a ser realizada e de ampliação do escopo de análise e do público que pode se beneficiar de uma OPC, vários/as autores/as têm salientado a importância de considerar a interseccionalidade como uma estratégia de compreensão do processo de construção das

vidas de trabalho, incluindo a construção das carreiras, entre eles/as, Duffy et al. (2016), Hooley e Sultana (2016) e Rascován (2017), contudo sem propor como aconteceria este processo em termos práticos. Blustein et al. (2019) e Hooley e Sultana (2016) apresentaram propostas emergentes ainda não consolidadas.

Interseccionalidade

Conforme já bastante discutido na literatura das ciências sociais e da psicologia (Blustein et al., 2017; Bourdieu, 2003; Butler, 2011; Delgado & Stefancic, 2017; Paiva, 2005), gênero, raça, etnia, classe, religião, entre outros, são fatores produzidos nas relações psicossociais que moldam a estrutura e a dinâmica social e influem e afetam a identidade e a trajetória de vida das pessoas. Diversas teorias discutem, de forma separada, cada uma destas dimensões psicossociais e acabam por apontar a maior importância de uma dimensão sobre a outra, por exemplo, da classe sobre o gênero. A ideia da interseccionalidade surge como uma proposta de não hierarquização das formas de opressão, deixando clara a integração, numa unidade indissociável, entre sexo, raça e classe, ou seja, não há, por exemplo, como analisar dimensões da vida de uma mulher/um homem sem pensar em sua cor de pele e em sua classe social, e poderíamos ampliar para questões de etnia, sexualidade, religião, entre outros fatores geradores de vantagens ou desvantagens nas mais variadas esferas da vida, entre elas, a vida de trabalho.

Segundo Cole (2009), a “interseccionalidade deixa claro que gênero, raça, classe e sexualidade afetam simultaneamente as percepções, experiências e oportunidades de todos/as os/as que vivem em uma sociedade estratificada nessas dimensões” (p. 179), sendo uma concepção múltipla, híbrida e transdisciplinar que visa compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado em termos de imbricação entre classe, gênero/sexualidade e raça/etnia. Por que a interseccionalidade pode, potencialmente, se constituir numa estratégia compreensiva interessante diante dos desafios impostos pela contemporaneidade à OPC?

“A consciência dos atributos de lugar social, do gênero e da cor da pele promovem a capacidade da pessoa em colocar-se como sujeito/a de seu próprio/a futuro educacional e de trabalho” (Silva et al., 2016, p. 50) e isto buscaria atender as demandas atuais de ampliação do público assistido e de inter-relação de questões subjetivas/individuais com questões estruturais/contextuais na compreensão das demandas dos/as orientandos/as

pela incorporação articulada das dimensões de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia e da transformação social como metas da OPC. Assim, a interseccionalidade, enquanto estratégia compreensiva, contribui para a realização de uma OPC atenta às desigualdades sociais e comprometida com a promoção da justiça social e da equidade.

A interseccionalidade como estratégia compreensiva em OPC

Para tentar propor a interseccionalidade como estratégia compreensiva em OPC, tomaremos como pressupostos o olhar e a ação interseccional, uma intervenção que se estende para o social e a lógica da coconstrução via diálogo intercultural. Santos (2009) define *diálogo intercultural* como uma troca entre diferentes saberes e diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes. O diálogo intercultural demanda e assume a necessidade do mútuo reconhecimento de distintas culturas em dado espaço social e do diálogo por meio de processos de coconstrução de conhecimentos e práticas. Para fins de análise interseccional, tomaremos, então, como concepção central a lógica do diálogo intercultural (Santos, 2009) articulada com as noções de *contranarratividade de raça* (Delgado & Stefancic, 2017), de *performatividade de gênero* (Butler, 2011) e de *habitus de classe* (Bourdieu, 2003). Estas quatro concepções podem se articular para pensar a interseccionalidade de raça, gênero e classe, pois têm como eixo teórico integrador a lógica da construção social e das relações psicossociais, ou seja, classe, gênero e raça são construções relacionais (Bohoslavsky, 1983; Ribeiro, 2017).

Bourdieu (2003) postula que a estrutura social é atravessada pelas relações de poder em um jogo de forças e lutas, gerando posições e disposições no campo, determinadas pelo *habitus de classe*, que representam a distribuição de diferentes formas de capital (material, social, simbólico, político) que cada agente dispõe e que determina sua ação social (estilo de classe e estilo pessoal). Butler (2011) aponta que o gênero diz respeito à performance, por isso pode-se dizer *fazer o gênero* (*performatividade de gênero*) e que *sexuação* (ser homem ou mulher) é um processo de construção constituído por um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. E Delgado e Stefancic (2017) salientam a intercentricidade de raça e racismo na sociedade como ideologia dominante e propõem pensar as noções de raça/etnia como *contranarratividade*

de *raça*, ou seja, centradas no conhecimento experiencial e não em pressuposições dominantes.

Objetivos

Fundamentados/as na discussão realizada, temos dois objetivos com o presente trabalho: a) analisar limites e possibilidades da estratégia compreensiva (proposta diagnóstica) das demandas iniciais expressas por uma pessoa socioeconômica e culturalmente desfavorecida ao buscar uma orientação de carreira proposta por três enfoques teóricos contemporâneos da OPC (traço-fator, *life design* e *PWT*); e b) propor e discutir uma estratégia compreensiva das demandas dos/as orientandos/as fundamentada na interseccionalidade de classe, gênero e *raça*.

Método

O método empregado na presente pesquisa foi o estudo de caso das demandas iniciais expressas por uma pessoa socioeconômica e culturalmente desfavorecida ao buscar uma OPC – público-alvo não usual do *mainstream* da OPC, para explorar limites e possibilidades de três dos principais enfoques teóricos em OPC (traço-fator, *life design* e *PWT*) na compreensão e auxílio a este conjunto de pessoas.

Segundo Stead et al. (2012), um estudo de caso pode ser definido como uma investigação em profundidade de uma pessoa, fenômeno social ou estratégia de intervenção para melhor compreender um determinado tema ou aspecto de um dado fenômeno e analisar suas possibilidades e limites (por exemplo, testar uma forma inovadora de intervenção ou de compreensão, como a proposta do presente trabalho). Neste sentido, um estudo de caso parece ser um método relevante e pertinente para avaliar a efetividade (ou não) das estratégias compreensivas (propostas diagnósticas) dos principais enfoques teóricos em OPC analisados e da proposta interseccional aqui apresentada e discutida. Alvesson e Willmott (2002) apontam que ao estudar as narrativas singulares, necessariamente, entra-se em contato com a forma que cada pessoa é atravessada pelas relações e discursos sociais, criando um espaço de emergência das produções discursivas sociais, ou seja, a narrativa autobiográfica seria uma singularidade (produções narrativas pessoais, que constroem sentido para sua vida de trabalho), na qual

os/as outros/as podem se ver (produções discursivas sociais que constroem os significados coletivamente compartilhados).

Como o principal objetivo da investigação é avaliar a estratégia compreensiva (proposta diagnóstica), o processo completo de OPC realizado não será analisado. Escolhemos analisar as demandas iniciais expressas nos primeiros encontros do processo de OPC, entendida como uma cena deste processo, ou seja, uma dinâmica relacional de uma situação de vida em um cenário (contexto no qual a cena ocorre) e realizada por meio de um *script* (forma que uma situação vivida ocorre), como pode ser concebido um *setting* de OPC (Paiva, 2005). A cena seria um exemplo típico representativo do processo como um todo.

Participante

A seleção da participante da pesquisa foi intencional, tendo como critérios de inclusão fatores potencialmente geradores de maiores desvantagens sociais e culturais, entre eles, fatores de classe, gênero e raça/etnia. Deste modo, com base na literatura priorizamos mulheres (fator gênero), negras (fator raça/etnia) e de classe social baixa (fator classe), bem como ter buscado espontaneamente uma OPC.

Diante destes critérios, selecionamos Madalena para a pesquisa (pseudônimo definido para garantir o anonimato). Madalena é mulher, 30 anos, negra, classe baixa e estava desempregada no momento da OPC. Tinha uma trajetória de trabalho que intercalava empregos de baixa qualidade, trabalhos informais e momentos de inatividade ou desemprego, como é comum na população brasileira com uma caracterização sociodemográfica semelhante à de Madalena (Antunes, 2012; ILO, 2019). Veste-se com trajes típicos africanos (panos e turbantes coloridos) e tem um cabelo grande e característico da identidade negra. Uma única exceção na trajetória de trabalho de Madalena foi um emprego em uma empresa na sua área de formação (gestão de qualidade), que ela gostava muito e sentia realizada, mas do qual foi demitida sem grandes explicações. Madalena foi atendida por uma orientadora que é mulher, branca, classe média, formação superior em psicologia e trabalhando numa universidade pública.

Materiais e procedimentos

Recrutamos a participante em um serviço universitário de OPC e, após a autorização institucional do serviço, aprovação do Comitê de Ética (CAEE 86654418.2.0000.5561) e consentimento informado da participante, através de Termo de Consentimento Livre e Informado (TCLE), iniciamos o processo investigativo que teve as seguintes etapas:

(a) Destacamos as demandas iniciais da participante endereçadas a OPC.

(b) Escolhemos os três enfoques teóricos em OPC (traço-fator, *life design* e *PWT*) a serem analisados pela pesquisa em função de sua representatividade no campo (como já justificado).

(c) Realizamos uma descrição de como cada enfoque compreenderia estas demandas iniciais manifestas, discutindo os limites e possibilidades da estratégia compreensiva proposta por cada enfoque teórico diante dos desafios contemporâneos de compreensão das demandas de orientandos/as desfavorecidos/as socioeconômica e culturalmente e posterior planejamento da intervenção a ser realizada, em função da capacidade do enfoque teórico em conseguir fazer uma leitura contextualizada das demandas de pessoas com o perfil definido.

(e) Propusemos uma estratégia compreensiva fundamentada na interseccionalidade de classe, gênero e raça/etnia e avaliamos, igualmente, os limites e possibilidades da estratégia compreensiva proposta diante dos desafios contemporâneos postulados.

f) Todo processo foi realizado em conjunto pelos/as autores/as do estudo que atuaram como juízes/as para validação intersubjetiva das estratégias e interpretações utilizadas.

Resultados e discussão

Demandas iniciais

Em primeiro lugar, destacamos a cena inicial do processo de OPC que é a chegada de Madalena ao serviço universitário de OPC e a narrativa de sua demanda inicial:

Estou desempregada e quero saber qual é minha real vocação e o que gosto de fazer. A situação está muito difícil, tentei emprego, mas não consegui nada, e tentei, então, vender, dizem que quando se está desempregada, o emprego mais fácil é o de vendas. Mas não consigo vender.

Madalena apresentou três demandas centrais listadas na ordem de sua emergência, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Demandas centrais manifestas pela participante

Ordem de emergência das demandas	Demandas	Trechos da fala da participante
1ª demanda	Sua situação de trabalho atual e seu desejo de voltar a trabalhar	“Estou desempregada... A situação está muito difícil, tentei emprego, mas não consegui nada”
2ª demanda	Desejo de se conhecer para saber que tipo de trabalho deveria realizar	“quero saber qual é minha real vocação e o que gosto de fazer”
3ª demanda	Tentativas de resolver a primeira demanda de voltar a trabalhar e da falta de êxito neste processo	“tentei, então, vender, dizem que quando se está desempregada, o emprego mais fácil é o de vendas. Mas não consigo vender”

Compreensão das demandas iniciais manifestas pela análise de cada enfoque teórico

Em seguida, realizamos a descrição de como cada enfoque teórico escolhido para ser apresentado e analisado na presente pesquisa (traço-fator, *life design* e *PWT*) compreenderia estas demandas iniciais manifestas.

Enfoque traço-fator

Com base no pressuposto de que crises de carreira, em geral, têm relação com falta de autoconhecimento (características próprias e processos que possibilitam a construção da carreira) e com deficiências ou dificuldades de colocar em ação estes processos, este enfoque poderia propor duas formas distintas de avaliação: *avaliação centrada no resultado e avaliação centrada no processo* (Sparta, Bardagi, & Teixeira, 2006). Para atender a segunda demanda, realizaria uma bateria tradicional de testes em OPC, visando traçar o perfil detalhado da participante e indicar quais as áreas

profissionais mais adequadas a ela (*avaliação centrada no resultado*). E, para atender a primeira e a terceira demanda, poderia realizar uma avaliação de sua empregabilidade e dos motivos pelos quais não consegue se manter trabalhando pela identificação da sua capacidade (ou falta de) de lidar com as demandas do mundo, principalmente levantando variáveis que expliquem porque ela não consegue vender e/ou arrumar um emprego, por exemplo, através da escala de adaptabilidade de carreira, visando indicar competências necessárias para serem desenvolvidas (*avaliação centrada no processo*).

O foco, então, está na identificação de dimensões subjetivas (por exemplo, adaptabilidade de carreira) que estão impedindo a construção da carreira, bem como no desenvolvimento de competências para tal, ou seja, o foco é no indivíduo e nas suas possibilidades de ajustamento e adaptação no mundo (Brown, 2002; Sparta, Bardagi, & Teixeira, 2006). Neste sentido, não realiza uma análise de cunho mais psicossocial e tem tanto as características das áreas profissionais, quanto dos critérios de adaptabilidade de carreira, baseados, em geral, em amostras de pessoas de classe média e alta com nível superior completo ou cursando universidade (Brown, 2002). Estes fatores dificultam a leitura da realidade de pessoas social e culturalmente desfavorecidas por terem como parâmetro pessoas de outras classes sociais, não levarem em conta questões relativas à raça/etnia e terem dificuldades de analisar modelos de trajetórias de trabalho informais e descontínuas construídas por pessoas com baixa qualificação (Hooley & Sultana, 2016; Rascován, 2017). Uma exceção seria, por exemplo, o trabalho de Linda Gottfredson, que analisou e buscou mensurar o grau em que fatores de gênero e classe social criam obstáculos às escolhas profissionais, entretanto ainda focada nas dimensões subjetiva e cognitiva (Brown, 2002). Por último, não apresentam projetos de transformação social ao oferecer um projeto de compreensão do indivíduo focado em suas características e em como se adaptar às opções que o mundo oferece para ele/a, o que balizaria o planejamento de uma intervenção a ser realizada para a compreensão das possibilidades e limites da construção do futuro de trabalho focada na adaptação, sem projetos de mudança ou transcendência social incorporados, como colocam ser centrais para pessoas social e culturalmente desfavorecidas Hooley e Sultana (2016), Rascován (2017) e Silva et al. (2016).

Paradigma do life design

Partindo do pressuposto de que crises de carreira seriam causadas por um processo problemático de construção de sentidos levando a organizar a vida em torno de uma narrativa saturada em um único tema de vida (Cardoso, 2012), o paradigma do *life design* buscaria reconstruir os temas e enredos de vida na narrativa para compreender sua história de desemprego e de tentativas seguidas sem sucesso de conseguir outro emprego, bem como a saída utilizada de trabalhar com vendas, apesar de indicar não conseguir vender. Madalena constrói dois temas de vida centrais (experiência de desemprego e falta de conhecimento de si) e um enredo de vida (emprego em vendas), que formam a narrativa saturada de sua história de vida a qual vem lhe impedindo de construir uma ponte biográfica entre a história vivida e os próximos episódios da carreira. As duas metacompetências básicas (senso de identidade e adaptabilidade de carreira) não parecem estar bem desenvolvidas na participante e ela expressa esta situação ao demandar um desejo de se conhecer para saber que tipo de trabalho deveria realizar (segunda demanda manifesta) e uma necessidade de compreender porque está desempregada (primeira demanda manifesta) e tentar voltar a trabalhar e não tem êxito (terceira demanda manifesta). A primeira e terceira demandas indicariam problemas de adaptabilidade de carreira e a segunda demanda de falta de senso de identidade – metacompetências centrais para a construção da vida segundo o paradigma *life design* (Duarte et al., 2010).

O paradigma do *life design* buscaria auxiliar na reconstrução narrativa buscando uma nova narrativa com um novo sentido potencialmente gerador de novos enredos de vida que possibilitem a saída da situação de desemprego, com base na compreensão de si, coconstrução de um novo cenário e previsão das estratégias de ação no mundo (Ribeiro & Duarte, 2019).

O foco, então, está na reconstrução narrativa e no desenvolvimento da adaptabilidade e reflexividade para a reconstrução de si, ou seja, o foco é na pessoa e nos seus processos de reconstrução de si na sua relação com o mundo baseados em processos de adaptação oferecidos a ele/a pelo contexto em que irá construir sua vida. Semelhante ao enfoque traço-fator, não propõe uma análise psicossocial, mantém amostras de pessoas de classe média e alta com nível superior completo ou cursando universidade como base de sua compreensão dos processos de construção da vida de trabalho, como a adaptabilidade de carreira, focam em processos de adaptação e não oferecem projetos de

transformação ou transcendência social, mantendo o lugar social da pessoa (adaptação) e delegando a ela a tarefa de construção de sua carreira como um/a empreendedor/a da própria carreira (Guichard, 2012).

Psychology of working theory (PWT)

Com base na ideia de que a não satisfação das necessidades básicas por meio do trabalhar (sobrevivência e poder, conexão social e autodeterminação) e a falta de poder para agir no mundo são os principais geradores das crises de carreira (Blustein et al., 2019), o *PWT* iria identificar se Madalena estaria satisfazendo suas necessidades básicas e quanto ela conseguiria ter algum poder sobre sua carreira por meio de reflexão e ação críticas, engajamento proativo, apoio social e engajamento comunitário, principalmente analisando os preditores (restrições econômicas, marginalização, volição do trabalho e adaptabilidade de carreira) e os moderadores (personalidade proativa, consciência crítica, suporte social e condições econômicas) para construir um trabalhar decente.

Nas demandas manifestas, Madalena demonstra dificuldades em agir no mundo (está desempregada e não consegue outro trabalho), diz que os recursos e as estratégias disponíveis para ela (trabalhar com vendas) não estão funcionando (não consegue vender) e atribui a si própria a responsabilidade pela situação de desemprego, principalmente pela falta de conhecimento de si e de sua situação (consciência crítica) e do fato dos recursos sociais disponíveis não estarem funcionando (não consegue êxito ao trabalhar com vendas). Esta situação a está impedindo de trabalhar e satisfazer suas necessidades básicas.

A *PWT*, com base no *psychology of working counseling (PWC)*, ou aconselhamento da psicologia do trabalhar, identificaria que tanto os preditores estruturais/contextuais (restrições econômicas e marginalização), quanto os subjetivos/individuais (volição do trabalho e adaptabilidade de carreira), e os moderadores (personalidade proativa, consciência crítica, suporte social e condições econômicas) não se apresentam como fatores potencializadores da carreira de Madalena conforme análise de suas demandas e têm dificultado um trabalho decente para ela expresso pela possibilidade de satisfazer as necessidades humanas por meio do trabalhar. A proposta seria potencializar a consciência crítica para melhorar a capacidade de ação e engajamento no mundo. O foco é, então, na pessoa e na sua relação com o mundo,

semelhante aos outros enfoques, mas com o adendo de incluir mudanças contextuais para que a mudança individual possa acontecer. A *PWT*, portanto, amplia as possibilidades de compreensão, assume uma leitura psicossocial e inclui fatores de classe, gênero e raça (Duffy et al., 2016), embora sem especificar exatamente como realizar isto na prática (Blustein et al., 2019).

Todos os enfoques cuidariam de aspectos relevantes para o auxílio às demandas de Madalena e contribuiriam para o desenvolvimento de sua vida e trajetória de trabalho, entretanto sem claramente incluir dimensões psicossociais significativas que definem quem Madalena é e o que ela pode conseguir no mundo do trabalho, a saber: ser mulher negra e pobre, ou seja, a interseccionalidade das dimensões de gênero/sexualidade, raça/etnia e classe. O enfoque traço-fator e o paradigma *life design* não se propõem a trabalhar diretamente com estes fatores e a *PWT* inclui a interseccionalidade no preditor *marginalização* e aponta obstáculos estruturais/contextuais importantes em sua análise (limites das *restrições econômicas* e importância do *suporte social*), entretanto não tem trabalhado de forma direta com questões interseccionais, nem as inclui como questões centrais. Esta será a proposta que faremos a seguir inspirada pelos projetos em andamento da *PWT* (Blustein, 2019; Blustein et al., 2019; Duffy et al., 2016), do movimento da justiça social e OPC (Hooley & Sultana, 2016), e da OPC crítica na América Latina (Bock, 2010; Rascován, 2017; Silva et al., 2016).

A interseccionalidade como estratégia compreensiva

A partir de uma leitura interseccional, devemos analisar as demandas de Madalena na inter-relação entre gênero/sexualidade, raça/etnia e classe. Inicialmente, podemos fazer uma análise a partir da dimensão de classe (Bourdieu, 2003), ao compreender que a expressão de sua demanda inicial busca atender duas demandas de classe distintas. Em primeiro lugar, pelo fato de ser pobre, a demanda do seu *habitus de classe* aponta a necessidade de ter que trabalhar para sobreviver (“Estou desempregada”). E, em segundo lugar, Madalena tenta expressar uma demanda mais próxima do *habitus de classe* da orientadora que é da classe média e tem formação superior ao verbalizar: “quero saber qual é minha real vocação e o que gosto de fazer”, sendo, esta, uma demanda que some ao longo do processo de OPC. Vemos, portanto, o encontro de *habitus de classe* distintos e assimetricamente desiguais em termos de poder social (campo de forças, como aponta

Bourdieu, 2003) e Madalena coloca, logo de início, as restrições sociais que está vivendo (“a situação está muito difícil”), bem como uma dificuldade aparentemente pessoal que a leva a não conseguir trabalhar (“tentei emprego, mas não consegui nada”).

Segue, dizendo “tentei, então, vender, dizem que quando se está desempregada, o emprego mais fácil é o de vendas. Mas não consigo vender”, que parece ser uma saída oferecida às mulheres com o *habitus de classe* de Madalena¹, incluindo a dimensão de gênero (Butler, 2011), mas que Madalena não consegue realizar ou, então, rejeita como possibilidade buscando algo diferente para si no mundo. Desenvolver a capacidade de vender seria se adaptar ao que lhe é destinado por seu *habitus de classe*, enquanto rejeitar trabalhar com vendas seria uma tentativa de transcendê-lo. A hipótese é que Madalena busca uma OPC pelo incômodo com a situação vivida, mas sem clareza dos motivos deste incômodo, o que rapidamente poderia se transformar numa sensação de falta de capacidade ou deficiência pessoal, como seria, provavelmente, identificado pelo enfoque traço-fator (Brown, 2002) ou pelo paradigma do *life design* (Duarte et al., 2010).

O “dizem que” legitima e naturaliza determinada estratégia de ação no mundo que Madalena realiza, sem se questionar, tentando se adaptar à realidade a partir do que parece ser o existente para ela – propostas de OPC que objetivem facilitar processos de adaptação podem ir de encontro ao desejado pelo/a orientando/a (Hooley & Sultana, 2016). A orientanda demonstra um desconhecimento do seu lugar nas relações de poder na sociedade, o que causa uma submissão automática ao lugar destinado pelo discurso social e sua narrativa pessoal se torna reprodução do discurso social dominante gravado no seu *habitus de classe*, marcado pela possibilidade única da submissão ao instituído [falta de consciência crítica, como apontam Duffy et al. (2016) e Hooley e Sultana (2016)]. Onde está a intencionalidade? Ou seja, onde está Madalena que se pergunta sobre sua vocação ao tomar emprestado o modelo do *habitus de classe* da orientadora? Ela pode almejar ter uma vocação? Ou não?

A orientadora precisa se questionar se a narrativa de submissão ou de adaptação a uma ordem de coisas é de Madalena ou é uma reprodução do discurso social dominante sem reflexão e oferecer à orientanda a possibilidade de refletir sobre esta questão, questionando o que seria o *normal* (Guichard, 2012; Hooley & Sultana, 2016). Há um

¹ Nesse sentido, Antunes (2015) e ILO (2019) destacaram que pessoas com perfil socioeconômico semelhante ao de Madalena no Brasil têm oportunidades de emprego apenas no setor de serviços, principalmente em vendas ou telemarketing. Em geral, são mulheres negras e pardas.

incômodo, como já salientado, mas parece que há tanto falta de poder, quanto falta de consciência crítica da situação vivida e das possibilidades existentes. Neste ponto, podemos inferir a falta de autonomia e a humilhação social vivida, geradoras de uma dimensão subjetiva e uma dimensão social de sofrimento, respectivamente. Ambas as situações estão produzindo angústia e uma crise na carreira de Madalena, por isso a busca pela OPC. A falta de autonomia impede qualquer ação diferente da adaptação e a humilhação social que, segundo Gonçalves (1998), seria uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes e a confirmação de sua incapacidade e de inferioridade social, corroborado pelas estratégias disponibilizadas por seu *habitus de classe*. Madalena, então, tem duas saídas: reproduzir ou transcender.

Se a busca é pela reprodução, o auxílio a conseguir um emprego em vendas e se manter empregada é o desejado, e a OPC pode se basear numa leitura mais tradicional e comum da demanda manifesta e compreendê-la como a identificação de uma incapacidade e um pedido de auxílio para desenvolver competências, como propõe o enfoque traço-fator (Brown, 2002). Nesta saída, o papel do/a orientador/a seria ajudá-la a encontrar um trabalho e/ou desenvolver competência para tal, reproduzindo sua história de vida e não provocando nenhuma mudança – deste modo, o foco estaria na pessoa e na sua adaptabilidade. Age, então como regulador/a social ao favorecer a reprodução do status quo da sociedade – questão inerente tanto ao enfoque traço-fator (Brown, 2002), quanto ao paradigma do *life design* (Duarte et al., 2010), diferentemente da *PWT* (Blustein et al., 2019) que identifica estes aspectos e tenta propor uma orientação em busca de transformação, ainda de forma incipiente e pouco sistematizada em termos práticos.

Entretanto, Madalena parece rejeitar esta possibilidade e busca algo diferente, que pode significar uma tentativa de transcendência, embora sem consciência crítica disto, o que lhe angustia, gera uma crise e a faz buscar por uma OPC. Ao dizer: “mas não consigo vender”, Madalena parece expressar que não se identifica com o que lhe é oferecido como mulher em seu *habitus de classe*, não quer se adaptar, rejeita seu lugar de mulher de dado *habitus de classe*, e quer algo mais, assinalando um movimento de buscar transcender esse lugar que parece lhe estar socioculturalmente destinado. Assim, numa leitura fundamentada na interseccionalidade, “não conseguir vender” seria uma estratégia de resistência e desejo de mobilidade social, não se adequando ao que parece ser normalmente designado a ela, em busca de um *novo normal* (Hooley & Sultana, 2016), como tanto tem se falado durante a pandemia.

Nesta saída, o papel do/a orientador/a seria ajudá-la a construir *consciência crítica* da sua história de vida e de sua situação atual, desnaturalizando e problematizando esta situação e buscando construir alternativas possíveis não com foco na pessoa, mas na sua relação direta com a sua comunidade de origem e as estratégias existentes de transcendência, ou seja, o diagnóstico será em cooperação com a comunidade. O/A orientador/a age, então, como potencial transformador/a social ao favorecer o caminho da emancipação do *status quo* da sociedade.

No decorrer do processo da OPC, o fato de ser negra sobredetermina sua trajetória e a impede, seguidas vezes, de conseguir trabalhar, mas isto não apareceu nas demandas manifestas iniciais, pois havia um ocultamento da dimensão do racismo estrutural que a impedia de inferir que as várias situações de injustiça e humilhação poderiam ter relação com a cor de sua pele e construir uma contranarratividade, como sugerem Delgado e Stefancic (2017). Este comentário adicional é somente para reforçar a importância da leitura interseccional ao longo de todo processo de OPC.

A compreensão interseccional parte de uma leitura psicossocial e tem potencial de ampliar a possibilidade de auxiliar um público maior de pessoas em OPC, principalmente as socioeconômica e culturalmente desfavorecidas. Embora não se apresente como a solução das questões apontadas na introdução teórica, esta compreensão propõe um caminho que parece ser promissor para enfrentá-las.

Limitações do estudo

Um estudo de caso se mostra apropriado para uma pesquisa exploratória, contudo devemos destacar algumas limitações do estudo realizado. Em primeiro lugar, foi realizada uma leitura muito específica da história de uma pessoa, o que, mesmo com a utilização de juízes/as, pode gerar um viés interpretativo. Em segundo lugar, apesar da participante ter características muito semelhantes a um conjunto grande de pessoas, não significa que suas trajetórias de vida de trabalho e identidades tenham sido construídas por processos semelhantes, recomendando precaução na interpretação dos resultados. E, por último, a proposta foi experimentada em um contexto marcado pela informalidade, desemprego alto e precarização, e deveria ser avaliada em outros contextos com configurações socioeconômicas e culturais diferentes.

Implicações para a prática e a pesquisa em OPC

Nossos achados evidenciaram implicações para a prática e a pesquisa em OPC, a saber: (a) oferta de subsídios teóricos e práticos para ampliação e diversificação do público atendido, (b) importância da atenção à articulação de questões subjetivas/individuais e estruturais/contextuais, promovendo uma prática mais socialmente compromissada, e (c) necessidade de vínculo com a comunidade de origem para intervenções contextualizadas.

Considerações finais

O enfoque traço-fator e o paradigma do *life design* focam, prioritariamente, na dimensão subjetiva/individual e apresentam propostas adaptativas, o que parece não ser o mais adequado para um público socioeconômica e culturalmente desfavorecido, enquanto a *PWT*, apesar de incluir a preocupação com a articulação das questões subjetivas/individuais com as questões estruturais/contextuais e com a interseccionalidade, ainda não apresentou, de forma direta, estes elementos em sua proposta prática. Podemos concluir que todos os enfoques cuidariam de aspectos relevantes para o auxílio às demandas de Madalena, entretanto de forma parcial, e sem claramente incluir dimensões psicossociais significativas que definem quem Madalena é e o que ela pode conseguir no mundo do trabalho, a saber: ser mulher negra e pobre, ou seja, a interseccionalidade das dimensões de gênero/sexualidade, raça/etnia e classe, e poder ir além da realização de projetos de vida fundamentados na adaptação à ordem existente.

A proposta interseccional é uma tentativa de enfrentar os desafios contemporâneos da OPC de leitura e intervenção psicossociais e de ampliar e diversificar o público a quem pode ser oferecido auxílio, principalmente às pessoas socioeconômica e culturalmente desfavorecidas, entretanto não se apresenta como a solução definitiva das questões apontadas, mas propõe um caminho que parece ser promissor para enfrentá-las.

Agradecimentos

Trabalho financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Nº Processo 304599/2018-2).

Referências

- Alvesson, M., & Willmott, H. (2002). Identity regulation as organizational control: Producing the appropriate individual. *Journal of Management Studies*, 39(5), 619-644. <http://doi.org/10.1111/1467-6486.00305>
- Antunes, R. (2012). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Blustein, D. L. (2019). *The importance of work in an age of uncertainty: The eroding work experience in America*. Oxford: Oxford University Press.
- Blustein, D. L., Kenny, M. E., Autin, K., & Duffy, R. (2019). The psychology of working in practice: A theory of change for a new era. *Career Development Quarterly*, 67(3), 236-254. <https://doi.org/10.1002/cdq.12193>
- Blustein, D., Masdonati, J., & Rossier, J. (2017). *Psychology and the International Labor Organization: The role of psychology in the decent work agenda*. Retrieved from www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---.../wcms_561013.pdf
- Bock, S. D. (2010). *Orientação profissional para classes pobres*. São Paulo: Cortez.
- Bohoslavsky, R. (1983). *Vocacional: teoria, técnica e ideologia*. São Paulo: Cortez.
- Bourdieu, P. (2003). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Brown, D. (2002). Introduction to theories of career development and choice. In D. Brown & Associates, *Career choice and development* (pp. 3-23, 4. ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Butler, J. (2011). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, P. (2012). Maladaptive repetition and career construction. *Journal of Vocational Behavior*, 81(3), 364-369. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2012.09.003>
- Cole, E. R. (2009). Intersectionality and research in psychology. *American Psychologist*, 64, 170-180. <https://doi.org/10.1037/a0014564>
- Delgado, R., & Stefancic, J. (2017). *Critical race theory: An introduction*. New York: New York University Press.

- Duarte, M. E. (2015). Some reflections on guidance and career counselling in the 21st century. In A. Di Fabio & J.-L. Bernaud (Eds.), *The construction of the identity in 21st century* (pp. 59-72). New York: Nova.
- Duarte, M. E., Lassance, M. C., Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J-P, Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R., & van Vianen, A. E. M. (2010). A construção da vida: um novo paradigma para entender a carreira no século XXI. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44(2), 392-406. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/284/28420641020.pdf>
- Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). The Psychology of Working Theory. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 127-148. <https://doi.org/10.1037/cou0000140>
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Revista Psicologia USP*, 9(2), 11-67. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>
- Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog*. London: Sage.
- Guichard, J. (2012). Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(2), 139-152. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200002&lng=pt&tlng=pt
- Hooley, T., & Sultana, R. G. (2016). Career guidance for social justice. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling*, 36, 2-11. <https://doi.org/10.20856/jnicec.3601>
- International Labour Organization (ILO, 2019). *World employment and social outlook: Trends 2019*. Geneva: International Labour Office. Retrieved from: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_670542.pdf
- Paiva, V. (2005). Analysing sexual experiences through 'scenes'. *Sex Education*, 5(4), 345-358. <https://doi.org/10.1080/14681810500278295>
- Rascován, S. E. (2017). *Orientación vocacional con sujetos vulnerabilizados: experiencias sociocomunitarias en los bordes*. Buenos Aires: Noveduc.
- Ribeiro, M. A. (2017). Psicossocial: continuum ontológico do processo relacional. In N. Silva Jr. & W. Zangari (Orgs.), *A psicologia social e a questão do hífen* (pp. 263-277). São Paulo: Edgard Blücher. Recuperado de <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/18-20474>
- Ribeiro, M. A., & Duarte, M. E. (2019). O paradigma *Life Design*: teoria, investigação e intervenção. In M. A. Ribeiro, M. A. P. Teixeira, & M. E. Duarte (Orgs.), *Life Design: um paradigma contemporâneo em orientação profissional e de carreira* (pp. 49-66). São Paulo: Vetor.

- Santos, B. S. (2009). Para além do pensamento abissal. In B. S. Santos & M. P. Menezes (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina.
- Silva, F. F., Paiva, V., & Ribeiro, M. A. (2016). Career construction and reduction of psychosocial vulnerability: Intercultural career guidance based on Southern epistemologies. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling*, 36, 46-53. <https://doi.org/10.20856/jnicec.3606>
- Sparta, M., Bardagi, M. P., & Teixeira, M. A. P. (2006). Modelos e instrumentos de avaliação em orientação profissional: perspectiva histórica e situação no Brasil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(2), 19-32. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902006000200004&lng=pt&tlng=pt
- Stead, G. B., Perry, J. C., Munka, L. M., Bonnett, H. R., Shiban, A. P., & Care, E. (2012). Qualitative research in career development: Content analysis from 1990 to 2009. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 12, 105-122. <https://doi.org/10.1007/S10775-011-9196-1>
- Sultana, R. (2018). Responding to diversity: Lessons for career guidance from the global South. *Indian Journal of Career and Livelihood Planning*, 7(1), 48-51. Retrieved from http://www.iaclp.org/yahoo_site_admin/assets/docs/6_Ronald.13104841.pdf

Recebido em: 10/06/2020

Aceito em : 15/10/2020